

Observações em torno da história da cidade do Recife, no período holandês

A maneira de proceder mais freqüentemente usada pelos que pesquisam fatos e pensamentos, com o fim de obter relações de ordem puramente histórica, consiste em procurar estabelecer pontos de contato entre determinados documentos, muitas vezes de origens e de naturezas diferentes, porém trazendo em si matéria capaz de se pôr em mútua correspondência. Esse processo conduz quase sempre a bons resultados. Existem, na realidade, e em não pequeno número, acontecimentos, dos descritos nos velhos papéis dos arquivos, que mantém entre si uma associação tão perfeita, que as conclusões se tornam imediatas. Por exemplo: a existência de termos de ajuste ou contrato com um artista e a verificação de autoria das obras que lhe vinham sendo apenas atribuídas são ligados pela mais simples implicação. Entre outros, porém, a associação, quando existe, não é perfeita, e nesses casos oferece um grau de incerteza ou de dúvida de determinação pouco fácil, mesmo com o emprego de sucessivos e bem ordenados confrontos; mesmo à luz de uma análise crítica especial.

São os problemas desse último tipo que constituem, para o historiador, o campo de pesquisas de mais difícil estudo e por isso mesmo mais importante. Não basta ficar, na constatação de um caso, com a aparência simples que lhe forneceu um primeiro e imperfeito exame. É necessário descobrir-lhe o verdadeiro todo complexo e formar, em torno deste, uma série de observações lógicas que represente um conhecimento menos primário do fenômeno histórico. Nestas ligeiras apreciações sobre a história da cidade do Recife, procurarei, ao lado da descrição simples e das conseqüências fáceis, obtidas pelo exame do material que tive em mão, apresentar alguns resultados que poderão estar ainda longe da verdade, mas que terão, de agora em diante, penso eu, um menor grau de incerteza.

Recife é de todas as cidades do Nordeste, e talvez de todas as brasileiras, a que possui mais numerosa documentação sobre a sua forma topográfica, sobre os bem diferentes aspectos de paisagem urbana que veio adquirindo através do tempo, revelando-nos com poucas soluções de continuidade o curso de seu desenvolvimento, acentuando as suas diversas disposições urbanísticas e indicando a intensidade de sua expansão, nos períodos mais florescentes do seu passado.

Como documentos dos mais valiosos devemos enumerar, em primeiro lugar, as plantas, quadros e desenhos executados pelos holandeses durante o tempo da sua permanência no Brasil e em anos posteriores, os quais constituem uma fonte copiosa de informações das mais úteis para o conhecimento do cenário e da vida do nosso país, quase nos primórdios da sua história.

Documentos como esses devem ser constantemente manejados e, sempre que cotejados com outros, novamente lidos, ou melhor, observados, mais minuciosamente revistos.

Encontra-se no artigo de Beringer ¹ uma relação quase completa de cartas e plantas de origem holandesa. Das que foram citadas, merecem especial menção a do engenheiro Andreas Drewish Bonge Saltensis e a que foi “retirada dum volumoso atlas que se acha nos Arquivos de Haia e tem por título: *Verzameling von Pas-Karlen dienende tot de vaarl naar Oosten West Indien*”, consideradas por aquele escritor como as mais perfeitas, embora reconhecendo em todas as maiores inexatidões topográficas.

¹ *O Porto de Pernambuco e a Cidade do Recife no Século XVII*, que apareceu pela primeira vez, em francês, na revista *Tijdschryft van het aardrijkskundig Genootschap*, de Amsterdã, sendo depois traduzido e publicado por Alfredo de Carvalho, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*.

Referindo-se, aliás, a uma dessas incorreções – a curvatura nos recifes de pedra, que aparece em todas as plantas – Beringuer supõe, com bastante razão, que o levantamento do porto foi feito pelos holandeses apenas uma vez e “que posteriormente limitaram-se a completar este primeiro trabalho com a indicação dos fortes, canais, etc.”

A respeito da curvatura, lembro, de passagem, que pode ter sido resultante de algum erro sistemático de observação, pois me parece fora de dúvida que ela se manifesta não apenas nos recifes, mas também nos rios e na terra firme.

Além das que foram primeiramente mencionadas, devem ter igual destaque as plantas que estão no livro de Barléu, assim como as numerosas estampas nele incluídas, representando panoramas do porto e da cidade.

O mesmo relevo, para o nosso ponto de vista, poderíamos dar aos quadros de Franz Post e aos desenhos de Wagener, onde são freqüentes as indicações proveitosas.

Na parte concernente à documentação escrita é também vasta a contribuição holandesa, abrangendo inúmeras obras, como a do já citado Barléu, as de Nienhof, de Laet e muitas outras.

Informações, ainda desta última natureza, que grande auxílio tem prestado à elucidação de certos casos, no primeiro período da formação do Recife, são as que se podem colher em escritores mais antigos, como Gabriel Soares, que descreve a velha cidade como um povoado de “pescadores e oficiais de ribeira”; como Frei Vicente do Salvador, que a considera, já no início do século XVII, o porto mais freqüentado de todo o Brasil.

Do estado da cidade nos últimos momentos da ocupação holandesa nos dá uma viva sugestão o “Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654”, há pouco reeditado por iniciativa da Biblioteca Pública daquele Estado.

Esse inventário, embora muito omissivo em certos pormenores freqüentes em documentos semelhantes, tais como descrição dos interiores das casas com a designação do número de peças; especificação dos materiais empregados na construção, etc., cria, comparado com as plantas da mesma época e os desenhos de Post e de Wagener, um ambiente propício às mais exatas e claras identificações.

Confronte-se, por exemplo, a seguinte passagem: “Em frente a força das cinco pontas fica um lugar com uma árvore grande, que chamam de gameleira, e junto ao pé fabricou o Flamengo uma casa, que está hoje derrubada com algumas paredes em pé que serviu de casa de recreação”², com um dos desenhos de Post³, do livro de Barléu. Nota-se que a descrição corresponde fielmente à imagem gráfica, ficando a casa inventariada perfeitamente identificada. É em virtude de poder fornecer ajustamentos semelhantes, que essa coleção de informes merece ser estudada sempre com mais crescente atenção. Baseado em muito do que está ali enumerado, além do que em outras fontes coligiu, escreveu Pereira da Costa uma “vista retrospectiva sobre o antigo bairro do Recife”, onde foram reunidos, pela primeira vez, os principais fatos que modificaram progressivamente a fisionomia urbana daquela cidade.

Procurarei também aqui usar, sempre que for possível, esse inventário, acompanhando as informações nele contidas e procurando associá-las com as que puder extrair de outros documentos.

Nas duas plantas que figuram no livro de Barléu, a antiga povoação do Recife foi representada em dois estados de desenvolvimento que muito diferem um do outro. A mais primitiva das duas mostra-nos o Recife de 1637, data da chegada do príncipe Maurício de Nassau. O centro

² *Inventário*, etc., p. 132

³ Barléu, – Desenho da p. 206 da tradução do Dr. Cláudio Brandão.

urbano estava então localizado na extremidade da pequena península ligada a Olinda, quando ainda eram raras as casas na ilha de Antonio Vaz, hoje bairro de Santo Antonio.

Na península ou estreita língua de terra, como era designada geralmente, que constitui o trecho atualmente ocupado pelas ruas Marquês de Olinda e do Bom Jesus, já se observa com nitidez a ação do tráfego definindo as ruas; os caminhos vindos de Olinda, continuavam pelas ruas do povoado, na direção do continente, indicando claramente a posição que teria a ponte ainda não construída; os limites com os rios sujeitos às oscilações irregulares das marés, estavam ainda mal definidos.

Entretanto, a ilha de Antonio Vaz, hoje bairro de S. Antonio, excluindo-se o convento de São Francisco e algumas poucas casas à margem do rio, “não passava, como diz Beringer, dum vasto pântano coberto pelas marés e de onde emergiam algumas ilhas”. Nela se percebem, traçados na direção de Afogados, os caminhos principais, que passam ao pé do forte de Cinco Pontas, construído em lugar de grande importância estratégica para a época.

Na planta seguinte, vamos encontrar na vila de Recife uma densidade de edificações quase dupla e, na ilha de Antonio Vaz, modificações profundas: há em toda parte indícios de limitação e controle para as águas dos rios, tentativas de endicamentos, prenúncios de cais; nos desenhos correspondentes à época da planta – que deve ser, aproximadamente, a da partida do conde Maurício – aparelhamentos de porto são visíveis, servindo ao mesmo tempo de elementos de defesa.

As duas pontes, mandadas construir pelo príncipe, figuram aí desenhadas com clareza, assim como um plano geral de urbanização para a ilha de Antonio Vaz, cujo traçado inteligentíssimo ainda hoje nos surpreende. Os antigos caminhos estão agora substituídos por um conjunto de ruas largas seguindo duas direções perpendiculares, numa disposição planificada, racional e perfeita.

Neste ponto se chega a distinguir com a maior nitidez as maneiras de conceber e construir uma cidade, mantidas por holandeses e portugueses, em Pernambuco. Ao passo que os primeiros, não apenas por um instinto natural de defesa, mas, sobretudo, por uma melhor compreensão da vida urbana, iam construindo as suas casas sempre alinhadas e bem distribuídas ao pé das fortalezas; as cidades portuguesas prosperavam, quase sem discrepância, com o estabelecimento de novos núcleos de habitação, em torno dos pátios das igrejas.

Apesar desse plano urbanístico holandês, tão claramente delineado e já em começo de realização, ser a solução mais lógica indicada pelo tráfego, foi inteiramente abandonado, como se poderá facilmente reconhecer, olhando-se o bairro de Santo Antônio, nas plantas posteriores. Nestas tem influência preponderante os pátios das Igrejas: Pátio do Carmo, do Paraíso, do Livramento, do Terço, etc.; e as igrejas, em geral mal localizadas, criavam um sistema de ruas estreitas, tributárias de outras não melhor orientadas.

Na povoação do Recife, no entanto, onde os próprios holandeses obedeceram, mais ou menos, às linhas indicadas anteriormente, os paramentos das casas, mesmo os das construídas durante a ocupação, mantém-se quase sem alteração até o princípio do século atual. Cumpre, aliás, salientar a extraordinária expansão desse bairro no setênio do governo do príncipe Maurício.

A fig. 3 nos mostra, nas superfícies tracejadas, as casas construídas nesse período, e que estão detalhadamente enumeradas no inventário: toda a rua dos Judeus, com casas de um e de outro lado, na mesma posição e, certamente, com os mesmos paramentos da atual rua do Bom Jesus, partindo das portas do Recife até as proximidades da capela do Corpo Santo; grande parte da “rua que vai para ponte”, depois conhecida como rua da Cadeia, os edifícios das praças do Corpo Santo e do Palácio, etc.

A rua dos Judeus, onde estes tinham o seu comércio, as suas residências, a sua sinagoga⁴, era constituída quase toda de casas de dois andares, com telhados de grande inclinação, às vezes com miradouro; e as casas que davam os fundos para os rios, pegavam em outras, pequenas, que serviam aos negros de senzala, espécie de armazéns para a mercadoria de mais negócio naquela rua.

Os judeus que, graças à benevolência de João Maurício, exerceram, em Pernambuco, ampla e livremente o comércio, sobretudo o comércio de escravos, foram também os primeiros a conseguirem, por meio de aterros, um valor maior para os seus terrenos.⁵

Todas essas senzalas foram construídas sobre aterros, e sobre aterros depois prosseguiu a construção de novas ruas, a da Guia, a do Apolo, etc., até o cais atual, representando quase duas vezes a primitiva área edificada.

Na rua dos Judeus foi onde propriamente surgiu a cidade do Recife, até então simples porto com armazéns e trapiches e pequenas casas de pescadores. Foi a atividade comercial do judeu, inteligente e açambarcadora – aliás, causa perene de ódios rancorosos por parte dos comerciantes cristãos⁶ – que deu à antiga povoação o “élan” inicial desse desenvolvimento propriamente urbano que se veio propagando até nossos dias.

Não será de mais sugerir que no tempo da construção da rua e do apogeu do comércio judeu, não deveriam mais existir, ou teriam sido modificadas, as casas apalaçadas de Carpentier e Waalbeeck – membros do Supremo Conselho – que ficavam situadas na “rua que vai para a ponte”, como é fácil de ver em desenhos holandeses anteriores aos do livro de Barléu. Naquele tempo já o Recife não comportava mais construções daquele tipo, dadas as exigências do comércio que prosperava rapidamente, e a carência de habitação que se tornava cada vez maior.⁷

Os paramentos da rua dos Judeus, como já tive ocasião de dizer, ainda hoje perduram, como os últimos vestígios do mais velho Recife, e um exame bem conduzido nos interiores dos pardieiros que ainda lá se conservam, talvez nos traga resultados apreciáveis.

Não importa que as fachadas estejam alteradas ou mesmo modernizadas. Internamente é possível que se encontrem, com um levantamento cuidadoso, com pesquisas nos alicerces, etc., alguns vestígios reveladores das disposições primitivas.

A rua dos Judeus chamou-se depois rua da Cruz e em 1821 era ainda o centro do comércio de escravos. Maria Graham, no seu livro *Journal of a voyage to Brazil*, reproduz uma gravura de E. Finden representando uma cena desse comércio, e que também nos serve para examinarmos as fachadas de algumas casas. Estas oferecem bastante semelhança com as do desenho de Wagener ainda existentes em 1654 – época do inventário – pois, no espaço de 167 anos, que é o que medeia entre as duas datas, não era possível que se dessem grandes alterações, considerando-se a índole conservadora dos nossos antepassados.

⁴ “Humas cazas grandes de sobrado da mesma banda do rio, em fronteira para a rua dos Judeus, que lhes servia de synagoga, etc.” *Inventário*, etc. pg. 7.

⁵ “as quaes benfeitorias e chão pertencem a sua Magestade por haverem sido de judeus que entupirão e furtarão no rio os ditos chãos” – *Inventário*, pg. 189.

⁶ Wätjen transcreve no seu *Domínio colonial holandês no Brasil* um memorial que, em 1641, os comerciantes cristãos de Recife dirigiram ao príncipe Maurício e ao Conselho, e onde há as maiores acusações aos judeus e à sua maneira de comerciar. – Wätjen – *O domínio colonial holandês no Brasil* – trad. de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, p. 366.

⁷ “Em 1640 e nos primeiros anos que lhe seguiram a falta de habitações em Recife era tão grande que se fez preciso crear acomodações nos sotões dos armazéns para caixeiros, auxiliares e serventes” – Wätjen – *Obr. Cit.* – p 386.

Podemos assim dizer que no tempo de E. Finden muitas casas da rua da Cruz conservavam ainda o mesmo aspecto que tinham no tempo em que foi feito o inventário, assim como se podem identificar, ao fundo, as portas do Recife, com a capela do Bom Jesus sobre o seu arco principal, na forma descrita por Frei Jaboatão “e a devota capelinha do Bom Jesus das Portas por estar fabricada sobre a abóbada do Castelo das mesmas portas”.⁸

Na parte do inventário correspondente à povoação do Recife aparecem freqüentemente nomes de construtores e proprietários de casas: judeus, flamengos e um índio, Benjamim de Pena. Este e um dos judeus, Moice Navarro, estão designados por Barléu como arrematantes de dízimos de açúcar, o que prova terem sido negociantes prósperos ou mesmo ricos.

Nem sempre judeus e flamengos construíram as suas casas desde os alicerces. Muitas vezes aproveitavam as paredes das casas arruinadas pelo incêndio mandado atear por Matias de Albuquerque, em 1630. São numerosas as passagens como esta: “he obra Portuguesa ate donde chega o cunhal de pedras; e dahi para cima flamenga”.

Isto põe em evidência que as obras portuguesas eram mais bem construídas, nelas sendo usados materiais mais ricos.

Com a construção dos palácios de Vrijburg e da Boa Vista, o hábito de morar na ilha de Antonio Vaz tornou-se comum para os altos funcionários do governo e grandes representantes do comércio e da lavoura. É assim que vemos assinalada numa das plantas, entre outras menos importantes, a casa de Teodoro Coddey, membro do Conselho Político.

A atividade construtiva na ilha, mesmo antes de Vrijburg, deveria ser já bem intensa. É bem conhecido o desenho de Wagener⁹, representando a primitiva casa do governador, que ainda lá morava em princípios de 1638, quando aquele artista deixou o Brasil. Um número regular de boas casas pode ser observado no mesmo desenho, ao lado e ao fundo do palácio, umas em estilo que lembra bastante o flamengo, outras com o aspecto mais pesado da arquitetura portuguesa de então.

Esse palácio, onde Wagener habitou, e que ele mesmo, como se pode concluir pelo desenho, conhecia nos seus mínimos detalhes, pois foi um dos servidores do príncipe Maurício, se acha também na relação das casas inventariadas, assim como os dois grupos de pequenas casas que cercavam o seu pátio interior. Apenas não há alusão à sua torre, que, nos desenhos de Post, com as da Boa Vista e a de Vrijburg, dominam a paisagem. Está simplesmente inventariado sob o nº 363, como “Humas casas de sobrado, fronteiras à ponte que vai para o Recife, com varandas de tábuas pela fronteira de pedra e cal, obra portuguesa e antiga; e assim das casas como do sítio declarou Belchior Alves que lhe pertenciam, e sem embargo de ser muito notório por ser o inventário de todas as casas em geral se lançarão nele as ditas casas para se lhe fazer entrega na forma da clareza referida”.

Esse Belchior Alves, de quem nos fala Jaboatão, era o proprietário da maior parte dos terrenos nas proximidades do convento de Santo Antonio e que por doação magnânima adquiriu uma das capelas do convento.

As pequenas casas que se vêem, também no desenho, fazendo parte do palácio e limitando o pátio interno do mesmo, estão inventariadas sob os números 354 – 362: “Nove moradinhas de casas terreiras fabricadas por flamengo, na rua que vai do terreiro dos coqueiros para a ponte”. No último plano do desenho são visíveis as copas dos coqueiros do terreiro que se estendia por toda a área, hoje abrangendo a praça da Independência e o antigo largo do Paraíso; vários desenhos de Post assinalam-no de maneira mais precisa, com a sua densa vegetação vencendo o casario.

⁸ Frei Jaboatão: *Novo Orbe Seráfico Brasilico*.

⁹ Wagener, Thierbuch.

É grande o número de casas que o inventário de 1654 registra como situadas nesse terreiro dos coqueiros não atingido pelo plano de urbanização holandês, e que, talvez, constituísse mesmo uma espécie de grande parque destinado à serventia pública, ao pé dos requintados jardins e dos ricos pomares de S. Excia. o Governador. No limite desse terreiro, do lado do poente e correndo de norte a sul, ficava uma trincheira de pau a pique contornando toda Mauriciópolis, desde o forte Ernesto até as portas dos Afogados.

Essa linha de defesa tomava diversas direções, as mesmas, aproximadamente, das diferentes ruas atuais que dela se originaram, entre as quais se acha certamente a ainda hoje chamada rua das Trincheiras, que lhe conserva o nome.

Nos últimos anos do governo do conde Maurício e do domínio holandês, no Brasil, já a ilha de Antonio Vaz ou, mais propriamente, Mauriciópolis, era a sede do poder civil; não somente o governo central, mas também os Conselhos Supremo e Político já, naquela época, funcionavam na ilha; ali se achava também a Igreja dos Franceses, principal templo calvinista, vasto edifício situado no meio de uma grande praça. A futura cidade do Recife descobria assim, de maneira definitiva, o seu centro cívico e ainda hoje o conserva.

A história do Recife como a de quase todas as cidades que se fundaram à margem das rotas oceânicas, é, no seu início, a história de um porto. No Recife, porém, o processo de fixação da cidade não foi tão espontâneo e imediato como o que se verificou em outros núcleos urbanos brasileiros, apesar das condições excelentes de abrigo que aquele porto oferecia às frotas navais.

Muito diferentemente do que sucedeu em S. Salvador e no Rio de Janeiro, portos também naturais, logo reconhecidos pelos navegadores portugueses, que neles encontraram, ao mesmo tempo, os meios mais fáceis de defesa e de comunicação com o interior, em Pernambuco não foi tão simples dar ao Recife as características conjuntas de porto e de cidade. Nas fundações de Igarassu, de Olinda e, em certo sentido, na de Vila Velha, na ilha de Itamaracá encontramos verdadeiras tentativas para a fixação de uma cidade capital na antiga capitania.

Se o Recife oferecia o porto abrigado e seguro contra a violência do mar, não era fácil, dadas as condições topográficas, estabelecer ali um sistema de defesa que lograsse perfeita eficiência contra os ataques do inimigo.

Por sua vez, Igarassu e Olinda eram boas situações estratégicas, mas ofereciam surgidouros deficientes ou pouco seguros.

Conquistando o Recife em 1630, os holandeses não vacilaram em dar relevância e primazia ao porto, e já afeitos a trabalhos semelhantes em sua terra natal, empreenderam a construção da cidade, cercanda-a de fortalezas.

Recife, que até então se constituía como uma aglomeração progressiva de moradias em torno da igreja de S. Pedro Gonçalves (Corpo Santo), tomou de repente a característica das cidades formadas “de uma vez”, com os seus ornaveques e bastiões, baluartes e cortinas de pau a pique.

Essas fortificações levaram tempo a serem feitas e muito custaram à Companhia das Índias Ocidentais que por fim resolveu fazer daquele porto uma espécie de base naval, em pleno século XVII.

Vários e grandes empreendimentos militares foram projetados na então capital do Brasil holandês, onde as naus chegadas da Holanda sofriam reparos das avarias decorrentes da longa travessia, ou mesmo consertos mais sérios. Do Recife partiram os navios de Cornélio Jol com o fim de atacar os galeões espanhóis carregados de riquezas vindas do Peru; ainda, perfeitamente equipada e abastecida, saiu dali uma esquadra, comandada pelo mesmo Jol, para a conquista dos reinos de Angola, Luanda e S. Tomé.

Organizadas em Recife foram a esquadra de Henrique Brauer, membro do Supremo Conselho, no governo de Nassau, para uma malograda expedição contra o Chile, assim como as que o próprio Nassau comandou nas suas investidas contra a Bahia.

Todas essas empresas e diversas outras que ficaram apenas em projeto, como a expedição de Lichthardt a Buenos Aires, eram por assim dizer planejadas em Recife, de comum acordo com os diretores da Companhia.

Não raro a cidade se enriqueceu de festiva admiração pelo sucesso das armas holandesas, como a que foi consagrada ao almirante Jol no dia do seu regresso da África, descrita em traços vivos de entusiasmo por Barléu, no seu livro.

Recife tinha, assim, além da importância comercial que era grande no tempo, como centro de caminhos e de transformações econômicas, no período de transição do mercantilismo para a economia verdadeiramente colonial, não pequena importância militar.

Na história do regime colonial, cujo ciclo, supomos, não está longe de ser fechado, o “Recife das praias e dos navios” do primeiro donatário, ou a Mauriciópolis do príncipe de Nassau, terá merecido relevo.

1940